

**JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO DE INFRAÇÃO – JARI, CONSTITUÍDA ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 020 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA NO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2017.**

**PROCESSO: 2016/021412**  
**RECORRENTE: RITA CRISTINA DO AMARAL**  
**RECORRIDO: SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES DO ESTADO DA BAHIA- SIT**  
**AUTO DE INFRAÇÃO: R000182272**

**JARI - Junta Administrativa de Recursos de Infração.**

**ACÓRDÃO JARI Nº**

**Ementa: INOBSERVÂNCIA DO RECORRENTE QUANTO AO QUE DETERMINA O ART. 4º, INCISO IV DA RESOLUÇÃO 299/08 CONTRAN. AUSÊNCIA DE PEDIDO. RECURSO NÃO CONHECIDO.**

### **Relatório**

Trata-se o de Recurso interposto tempestivamente em oposição à lavratura de auto de infração acima identificado.

Ocorre que o Recorrente não observou o quanto determinado pelo art. 4º, inciso IV, da Resolução 299/08 – CONTRAN, deixando de formular pedido em suas razões recursais.

É o relatório.

### **Voto**

A aspiração do Recorrente em ter o mérito do seu Recurso analisado não pode ser atendida, vez que encontra óbice formal intransponível no juízo de admissibilidade quanto ao exigido no inciso IV da Resolução 299/08 do CONTRAN. Vejamos:

Art. 4º A defesa ou recurso **não será conhecido** quando:

(omissis)

IV - **não houver o pedido**, ou este for incompatível com a situação fática; (Grifado).

Desta forma e por este motivo, VOTO no sentido de **NÃO CONHECER** do recurso interposto, pelas razões ora expostas, julgando VÁLIDO o Registro do Auto de Infração nº. **R000182272**, mantendo sua exigibilidade.

Ainda, a título de informação, a mera alegação de que o antigo proprietário é o responsável pelas infrações, não exime de responsabilidade o recorrente tendo em vista constar seu nome

**JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO DE INFRAÇÃO – JARI,  
CONSTITUÍDA ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 020 DE 13 DE FEVEREIRO DE  
2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA NO DIA 14 DE  
FEVEREIRO DE 2017.**

como proprietário do referido automóvel. A aquisição do bem torna responsável o adquirente pelos ônus e bônus atrelados ao respectivo objeto.

**Resolução**

ACORDAM os membros da Junta Administrativa de Recursos de Infração, por unanimidade, **NÃOCONHECER** do Recurso apresentado, mantendo a exigibilidade do Auto de Infração nº. **R000182272**, pelas razões de direito aqui expostas.

Sala das Sessões da JARI, 14 de agosto de 2018

Gustavo Adolfo Quintella de Cerqueira – Membro Titular – Presidente – Relator

José Antônio Marques Ribeiro – Membro Titular

Aldalice Amorim dos Santos - Membro Suplente em Exercício

Regina Helena S. dos Santos - Membro Suplente em Exercício

Maria Fernanda Cunha - Secretária

B